

Paixões Simplistas

Demagogia e paixão continuam a ocupar amplos espaços na discussão sobre o ensino particular. Esta semana presenciou passeatas de estudantes contra eventuais aumentos nas mensalidades. Aos muito jovens sempre se pode dar o desconto do sangue quente e da inexperiência. Mas será só isso o que empurra os meninos para a rua? Que tipo de informação eles estarão recebendo sobre o assunto?

Do ministro da Educação, não se pode supor que seja desinformado. Como explicar, então, a insistência com que o ministro bate na tecla do recurso policial contra aumentos de mensalidades? Achará realmente o ministro que o custo da educação é problema semelhante ao custo das batatas e cebolas? Não tem o ministério um único argumento para jogar luz numa questão que se torna tão polêmica?

O que se pode supor, para explicar tanto simplismo, é que as autoridades educacionais continuam a usar a questão da escola particular como álibi para adiar a discussão do verdadeiro problema, que é a falência do ensino público. Deve-se reconhecer que a estratégia está funcionando à perfeição: não se vê uma única passeata cobrando do governo o que é obrigação constitucional.

Mas a semana também viu desenvolvimentos mais interessantes sobre o assunto. Merece destaque o documento aprovado pelos pais de alunos de diversos colégios católicos — São Bento, Santo Inácio, Santo Agostinho, Santo Antonio Maria Zaccaria, entre outros — que diz textualmen-

te: “A fixação do valor das mensalidades compete a pais e diretores, e a mais ninguém. Queremos exercer o direito de escolher a escola de nossos filhos e de buscar qualidade de ensino, sem desconhecer que ela tem seu preço”.

É uma declaração de princípios irretocável. A situação dos colégios católicos pode diferir ligeiramente da de outras escolas, na medida em que se trata de escolas tradicionais e não comerciais. Mas, no fundo, o raciocínio não muda: a educação particular, por definição, devia ser um assunto a ser tratado entre os pais e as escolas, sendo a escola, neste sentido, um prolongamento das famílias.

Por que é que não pode ser assim? Para não comprometer o plano econômico? Mas este é exatamente um ponto onde a desindexação — desejada pelo governo — faz todo sentido. Se um grupo de pais, interessado num determinado tipo de educação, quer fazer um acordo com uma escola específica, que é que isto tem a ver com o índice geral de inflação?

Insistir em bloquear esse caminho é condenar a escola particular à morte ou a uma mediocridade definitiva. O que representaria, para o Brasil que se quer moderno, uma perda igualmente definitiva. Basta imaginar o que seria o ensino, nesse instante, se existisse apenas a escola pública. E ainda que a escola pública não fosse o desastre de agora, o modelo único de ensino produziria um país infinitamente mais pobre do ponto de vista intelectual e cultural.